



A Câmara Municipal de Santos, através de seu presidente Rui de Rosis, convida para a Sessão Solene em comemoração ao Dia do Médico, onde a Associação Paulista de Medicina fará entrega de certificados aos homenageados. O vereador Ademir Pestana fará o discurso de saudação. Hoje às 19 horas.

SANTOS. Cabos de empresas de energia e telefone poderão ficar no subterrâneo

Câmara aprova o fim de fios em postes

» A Câmara Municipal de Santos aprovou de forma unânime o projeto de lei complementar que quer acabar com os fios de energia elétrica e de empresas de telecomunicação que ficam expostos entre os postes para tentar atualizar a infraestrutura do município e melhorar o paisagismo.

Apresentado originalmente durante sessão ordinária em fevereiro de 2018, o projeto de lei é de autoria do vereador Braz Antunes Mattos Neto. Em seu PL, o edil afirma na justificativa que está empenhado desde 2005 para que as empresas que utilizam cabeamento em postes passem a enterrar os equipamentos para deixar a paisagem de Santos menos poluída.

"Santos tem o título de estância balneária pela presença de praia como atrativo turístico natural, mas a cidade apresenta infraestrutura datada do século passado, que exige urgente modernização", afirmou o vereador em seu projeto de lei.

Nas tratativas, Braz defende que as empresas deverão investir na redução da ocupação do espaço aéreo de modo a propiciar aumento de área verde ao mesmo tempo em que deverão garantir que sejam evitados eventuais acidentes e minimizem interferências no meio urbano.

O projeto de lei também pretende instituir a obrigação das empresas prestadoras de serviços públicos, concessionárias, permissionárias ou equiparadas, que operem com distribuição de energia elétrica e telecomunicações nas vias públicas da zona urbana de Santos a atualizar

permanentemente o cadastro de suas redes de distribuição e instalação junto ao Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações do município.

O vereador ainda descreve que tem como objetivo obrigar as empresas a providenciar a redução do número de fios ao ar livre e eliminar todo o cabeamento solto, desnivelado, fora de uso ou excedente. No caso de vias arborizadas, os equipamentos também deverão ser mantidos estendidos e devidamente isolados da vegetação.

Na questão do cabeamento subterrâneo, Braz pretende impor prazos às empresas. Inicialmente, elas ficarão responsáveis por providenciar o embutimento mínimo de 10% de suas redes aéreas no prazo de cinco anos, 20% no período de 10 anos e 30% em até 15 anos. O projeto de lei ainda complementa as informações afirmando que deverão ser priorizados os locais de interesse histórico, comercial e turístico.

"O projeto é perfeitamente factível. Haverá tempo para as empresas se programarem e executarem as mudanças. E temos três exemplos de sucesso do 'embutimento' da fiação na cidade: na Rua XV de Novembro, o que atrai para Santos produções de telenovelas e filmes publicitários; na Avenida Ana Costa, em frente ao Shopping Balneário; e na região do Praiaamar Corporate, na Aparecida", defendeu o vereador.

Antes da segunda discussão, ocorrida na última quinta-feira (31), todos os pareceres recebidos pelo projeto de lei complementar foram favoráveis. Apesar disso, Braz apresentou um substitutivo



Vereador diz que ruas sem cabeamento à vista atraem produções cinematográficas para pontos históricos de Santos



Em seu projeto de lei, o vereador destaca a segurança como uma das preocupações que motivou PL

Braz afirma que projeto é perfeitamente factível e explica que haverá tempo para as empresas se programarem e executarem as mudanças pedidas no PL

durante a sessão ordinária do dia 17 de outubro com o objetivo de deixar todo o processo mais claro para que o PL possa continuar sendo prosseguido por todas as comissões que ainda deverão analisar o pedido do edil. Durante o debate, o vereador Ademir Pestana aproveitou o momento para se manifestar de maneira positiva.

"Eu estava com um empresário de São Paulo que

vai abrir uma empresa sua na região do Gonzaga e passando pela Floriano Peixoto analisamos que de fato fica muito feio os fios expostos da maneira como estão e se este projeto de lei puder de fato prosperar a cidade ficaria muito bonita", afirmou.

O descumprimento das disposições previstas na lei complementar poderá render multas de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil às empresas. Duran-

te a segunda discussão, nenhum vereador apresentou argumentos contrário à aprovação e o PL foi dado como aprovado pelo presidente da Câmara, Rui de Rossis. Após o parecer positivo, o projeto de lei complementar foi enviado para a Divisão de Registros e Revisões, a qual encaminhou o processo para que seja transformado em lei no fim da manhã desta terça-feira (5).

ANEXO.

Junto ao projeto de lei complementar de Braz, a Câmara acabou anexando uma proposição do vereador Antônio Carlos Banha Joaquim, que dispõe sobre o uso de redes de infraestrutura exclusivamente subterrânea para transmissão de energia elétrica, telefone, comunicação de dados via fibra óptica e outros cabeamentos similares em novos parcelamentos de solo.

A proposta de Banha pretende impor as novas regras de cabeamento subterrâneo a concessionárias que operam distribuindo energia elétrica, telefonia fixa, banda larga, TV a cabo e demais redes não mencionadas e/ou correlatas que utilizem cabeamento aéreo.

O PL anexado ainda propõe que todo o cabeamento deverá ser passado sob as calçadas com a finalidade de facilitar eventuais reparos que possam ser necessários. (LG Rodrigues)